

## GRATIFICAÇÃO POR RESULTADOS DE EFICIÊNCIA E A (DES) VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Marcos Antônio Ribas de Neira <sup>1</sup>

Lizandra Karine Mota<sup>2</sup>

### RESUMO

A partir de 2023, o governo do estado de Mato Grosso tem ofertado aos seus profissionais da educação o pagamento da Gratificação por Resultados de Eficiência, no qual busca-se o levantamento dos dados educacionais do Estado, a fim de ajustar às metas do Programa Educação – 10 anos. Nesse sentido, este artigo busca analisar a política de valorização profissional a partir da proposta da Gratificação por Resultados da Educação mato grossense na perspectiva de ascensão dos índices educacionais de aprendizagem, bem como a disposição pela formação continuada. O trabalho em questão está delineado pela pesquisa bibliográfica e documental, no qual traz a análise do decreto nº 256, de 5 de maio de 2023, que regulamenta a Lei Complementar nº 756, de 14 de fevereiro de 2023, que efetivaram a política pública de pagamento da Gratificação por Resultados na rede estadual de ensino. O referencial teórico desta pesquisa está embasado na teoria crítica, tendo como principais teóricos, autores como: Dardot; Laval (2016), Dourado e Paro (2001), Laval (2019), entre outros pesquisadores que nos auxiliaram nas reflexões. Analisar o contexto atual da educação mato-grossense torna-se importante para que possamos compreender as intervenções neoliberais na atuação dos profissionais da educação, deixando de existir apenas no campo das políticas públicas, certo de que o pagamento dessa gratificação tem ocorrido de forma a dividir a classe dos profissionais da educação, uma vez que os resultados que as escolas apresentam no final do ciclo avaliativo depende de todo o coletivo. Nesse sentido, as metas pessoais que não são concluídas por alguns profissionais são consideradas como uma afronta ao coletivo, pois, o não cumprimento acarreta nas vantagens financeiras a serem recebidas por todos os profissionais da Instituição.

**Palavras-chave:** Educação, valorização do magistério, neoliberalismo, gratificação por resultados.

### INTRODUÇÃO

As políticas públicas da área da educação estão em constante mudança na maioria dos sistemas educacionais, seja para melhoria do processo educacional ou para a execução de algum projeto governamental. Nesse sentido concordo com Libâneo (2011, p. 58), quando afirma que às mudanças no sistema educacional decorrem da manutenção de um grupo no poder ou de mudanças que ocorrem na sociedade, essas mudanças em sua maioria são “as mudanças econômicas, sociais, políticas, culturais e

---

<sup>1</sup> Graduado em Letras pela Universidade do Estado de Mato Grosso, mestre em Educação pela Universidade do Estado de Mato Grosso-MT, ribasneira@gmail.com;

<sup>2</sup> Graduada em Pedagogia pela Faculdade do Arujá, mestranda em Educação pela Universidade Federal de Rondonópolis-MT, lizandramota@gmail.com.

educacionais decorrem sobretudo, da aceleração das transformações técnico-científicas”.

Vale ressaltar que essas mudanças sobrevêm no campo da “economia e da política - como a globalização dos mercados, a produção flexível, o desemprego estrutural, [...] a centralidade do conhecimento e da educação - teriam como elemento desencadeador as transformações técnico-científicas” (Libâneo; Oliveira; Toschi, 2011, p. 59), o que leva a criação ou aprimoramento das legislações para atender as demandas em questões.

Em Mato Grosso, assim como em outros estados, as políticas públicas educacionais oscilam entre a manutenção de uma ideologia de poder ou de forma a inserção de novas formas de tentar fazer com que a hegemonia permaneça. Nesse sentido, corroboramos com as ideias de Paro (2001), ao afirmar que para se refletir sobre as políticas educacionais é necessário que tenhamos em mente a questão das relações sociais que perpassam o ambiente escolar, local este em que se efetiva a política educacional.

Para o autor, essa relação não deve ser ignorada, uma vez que ao se refletir sobre políticas educacionais, “embora produtos de determinações sociais amplas”, pois envolve não só a questão educacional, “as práticas escolares não deixam de ser configuradas também por condicionantes mais próximos e imediatos que não podem ser apreendidos sem se considerar a realidade concreta onde elas se manifestam”, para o pesquisador, “trata-se na verdade de estar atento para as formas concretas que os determinantes sociais, políticos, econômicos, ideológicos etc. assumem na realidade escolar” (Paro, 2001, p. 33).

Nesse contexto, este artigo busca analisar a política de valorização profissional a partir da proposta da Gratificação por Resultados da Educação mato-grossense na perspectiva de ascensão dos índices educacionais de aprendizagem, bem como a disposição pela formação continuada. Assim, é necessário discutirmos a política educacional do sistema mato-grossense como forma de aplicação da legislação neoliberal em contexto prático, no caso, na escola. Contudo, justificamos a elaboração deste artigo a partir das vivências enquanto profissionais do quadro dos docentes interinos e efetivos no qual estamos sobre efeitos gerencialistas com foco numa política de produção de resultados e da burocratização do processo de ensino aprendizagem.

## **METODOLOGIA**

A metodologia utilizada para esta pesquisa foi delineada pela pesquisa qualitativa, onde o pesquisador é considerado elemento fundamental da pesquisa sendo que este “deve, [...] despojar-se de preceitos, predisposições para assumir uma atitude aberta a todas as manifestações que observa, [...] a fim de alcançar uma compreensão global dos fenômenos” (Chizotti, 2005, p. 82).

Partindo dessa circunstância, desenvolvemos uma reflexão acerca dos docentes de uma escola da rede estadual de ensino no contexto das políticas públicas voltadas para a Gratificação por Resultados de Eficiência. Assim, o texto faz o uso de uma pesquisa bibliográfica e análise documental. Segundo Marconi e Lakatos, a pesquisa bibliográfica (2003, p. 183), “tem a intenção de colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto”. Já a pesquisa documental, de acordo com Gil (2002, p. 46), o uso destas fontes documentais e estas apresentam um “papel importante, tendo em vista que os documentos reúnem fonte rica e estável de dados e que subsistem ao longo do tempo”.

Como forma de recolhimento dos dados utilizou da observação constitui “elemento fundamental para pesquisa” (Gil, 1999) no sentido de delinear as hipóteses, analisar dados, formular o problema e outros configurando nas etapas de um estudo, uma vez que focaliza um comportamento que ocorre naturalmente em seu ambiente natural com um observador que nele não interfere. De acordo com Gil (2000), a observação constitui a maneira mais apropriada para conhecer a realidade, visto que se caracteriza por um mínimo de intervenção do pesquisador.

A análise documental e das observações de campo foram realizadas por meio da análise de conteúdo de Bardin (2011). A escolha desta técnica deve-se ao fato de ser mais adequada ao desenvolvimento desta pesquisa. De acordo com a pesquisadora a Análise de conteúdo é conceituada como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”, além de poder descrever “indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (Bardin 2011, p. 47).

## REFERENCIAL TEÓRICO

A partir do pressuposto de que o processo de criação/aprimoramento de Políticas Públicas é o “Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade” (Höfling, 2001, p. 31). Nesse sentido, a cada ciclo os governantes buscam atender as transformações decorrentes do avanço neoliberal na sociedade.

De acordo com Dardot e Laval (2016, p. 14), o “neoliberalismo define certa norma de vida nas sociedades ocidentais e, para além dela, em todas as sociedades que as seguem no caminho da “modernidade”. Para os autores, esse modelo político-econômico “impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada”, uma vez que, “intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado”, além disso, “obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa” (Dardot; Laval, 2016, pp, 14-15).

Concordamos com os pesquisadores, quando afirmam que “o neoliberalismo não destrói apenas regras, instituições, direitos. Ele também *produz* certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades, ao colocar as instituições públicas como empresas, as políticas neoliberais acabam por separar o coletivo, fazendo com que cada um pense de forma e atue de forma isolada.

Nesse sentido, no contexto histórico, Dardot e Laval (2006) nos mostram que:

Há quase um terço de século, essa norma de vida rege as políticas públicas, comanda as relações econômicas mundiais, transforma a sociedade, remodela a subjetividade. As circunstâncias desse sucesso normativo foram descritas inúmeras vezes. Ora sob seu aspecto político (a conquista do poder pelas forças neoliberais), ora sob seu aspecto econômico (o rápido crescimento do capitalismo financeiro globalizado), ora sob seu aspecto social (a individualização das relações sociais às expensas das solidariedades coletivas, a polarização extrema entre ricos e pobres), ora sob seu aspecto subjetivo (o surgimento de um novo sujeito, o desenvolvimento de novas patologias psíquicas) (Dardot; Laval, 2016, p. 15).

No contexto educacional, Dourado (2001) nos mostra que a análise das políticas públicas educacionais, sob esse prisma, remete à busca da compreensão das “prioridades e compromissos que as delineiam diante dos novos padrões de intervenção estatal, em decorrência de mudanças efetivadas, em sintonia com os novos padrões de regulação e gestão, e a educação vai perdendo a sua identidade como um direito social” (Dourado, 2001, p. 50)

De acordo com Laval (2019, p. 41), essas mudanças que acontecem na atualidade são apenas “a atualização, numa fase mais madura da sociedade de mercado, de uma tendência ativa há muito tempo”. Para o pesquisador, “as reformas impostas à educação serão cada vez mais guiadas pela preocupação com a competição econômica entre os sistemas sociais e educativos e pela adequação às condições sociais e subjetivas da mobilização econômica geral” (Laval, 2019, p. 44)

Para o autor, o objetivo das “reformas orientadas para a competitividade” (*competitiveness-driven reforms*) é, portanto, melhorar a produtividade econômica ao melhorar a “qualidade do trabalho” (Laval, 2019, p. 44. Grifos do autor). Para ele, “a padronização de objetivos e controles, a descentralização, a mutação da “gestão educacional” e a formação de professores são reformas “focadas na produtividade” (*productivity-centred*)” (Laval, 2019, p. 44. Grifos do autor).

Nesse sentido, corroboramos com a ideia de Paro (2001), que nos apresenta que é necessário compreendermos os diversos conjuntos “de relações que têm lugar na escola pública básica bem como de suas mútuas determinações pode ser decisiva para evitar que o projeto de inovação ou proposta de soluções deixem de atingir o objeto de que supostamente deveria dar conta”, no caso a qualidade da educação ofertada.

Para o pesquisador, “se a qualidade de ensino é determinada por todas as ações que o constituem ou lhe servem de mediação, não se pode pretender que componentes importantíssimos dessa qualidade” (Paro, 2001, p. 35). Nesse sentido, Dourado (2001), nos mostra que ao fazer as mudanças, principalmente no que tange a prática docente, é necessário que se tenha um olhar atento, pois, no cenário de grandes mudanças, tais fatores, ao condicionarem a ação docente, geram, também, absenteísmo e abandono da profissão docente, repercussões negativas da prática docente sobre a saúde dos seus profissionais (Dourado, 2001, p. 51).

Contudo, concordamos com Ball (2004, p. 1109) quando afirma que “as políticas sociais e educacionais estão sendo articuladas e legitimadas explícita, direta e, muitas vezes, exclusivamente em função do seu papel em aumentar a competitividade econômica”. Já no caso específico da escola, “o processo educativo é uma experiência extremamente complexa que não se circunscreve à sala de aula e, mesmo nesta, não se restringe àquilo que o professor fala e o aluno ouve” (Paro, 2001, p. 34). Para o autor, existem várias relações que interferem no” tipo de educação que está sendo propiciada a cada aluno, que determinará em graus variados a própria qualidade de sua formação”

(Paro, 2001, p. 34-35). Portanto, podendo ser algo positivo ou não, tudo dependerá da forma que será aplicada.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Como afirmado anteriormente, nesta seção apresentamos os dados analisados a partir da análise do decreto nº 256, de 5 de maio de 2023, que regulamenta a Lei Complementar nº 756, de 14 de fevereiro de 2023, na qual dispôs sobre a Gratificação Anual por Eficiência e Resultado dos Profissionais da Educação Básica do estado de Mato Grosso.

Essa política pública educacional faz parte do Programa Educacional intitulado como Plano de Educação - 10 anos, sancionado pelo governo estadual por meio do decreto nº 1.497/2022, e que tem por objetivo alinhar questões estratégicas com projetos e ações desenvolvidas para melhoria da qualidade, equidade e índices educacionais de Mato Grosso até 2032.

Nesse programa nos chama atenção o eixo norteador estratégico 4, que faz referência a valorização profissional. De acordo com o documento “em Mato Grosso, a carreira de professor estará entre as mais desejadas e mais competitivas de ingressar”. E o profissional que dela fizer parte “será capaz de promover uma educação de excelência, potencializando o desenvolvimento integral do estudante nos mais diversos contextos”. Outro ponto que a redação do documento apresenta é como será a progressão profissional, “a progressão na carreira terá uma vertente pedagógica e uma vertente de gestão e a progressão será baseada no desempenho” (Mato Grosso, 2022, s/p). Tudo isso com base no Plano Estadual de Educação, relacionadas as Metas: meta 5, meta 15, meta 16, meta 18, meta 19.

Nesse sentido, ao analisarmos os excertos que cabem a temática proposta, percebemos que a preocupação do programa está guiada pela “preocupação com a competição econômica entre os sistemas sociais e educativos e pela adequação às condições sociais e subjetivas da mobilização econômica geral” (Laval, 2019, p. 44).

Assim, percebemos a preocupação da Secretaria de Estado de Educação em manter no panorama nacional a educação do estado de Mato Grosso como uma das que valoriza o profissional que nela atua, porém, concordamos com Paro (2001) quando afirma que a defesa das leis “naturais” do mercado se coloca contra a própria especificidade do trabalho pedagógico, com consequências determinantes sobre as ações

dos educadores em sala de aula (Paro, 2001, p. 30), uma vez que as instituições escolares não possuem estruturas suficientes para a execução de tal Plano.

Para o autor, a “preocupação com a compreensão dos fenômenos que se dão na realidade escolar ganha maior significado quando se atenta para a característica da educação como atualização histórico-cultural de indivíduos” (Paro, 2001, p. 33), no qual perpassa toda a parte burocrática de toda instituição mantenedora de um sistema educacional.

Ao analisarmos o decreto nº 256, de 5 de maio de 2023, principalmente o artigo 2º, no qual apresenta a finalidade do decreto, no qual analisamos os seguintes incisos:

I - Contribuição para Redução do Absenteísmo (CRA): Indica o número de ausências do servidor ao trabalho em determinado período, a fim de reconhecer a contribuição do servidor para o cumprimento das metas de assiduidade;

[...]

III - formação: formações realizadas pelos servidores, ofertadas pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso, a fim de capacitar e atualizar as competências e habilidades voltadas para sua atuação;

IV - Formação em serviço: refere-se à formação continuada dos professores, realizada em serviço, ofertada pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso compreendida em 4 horas semanais da hora atividade;

[...]

VIII - meta coletiva: níveis indicados no anexo I e II contendo critérios Meta Escolar e Redução da Evasão Escolar;

IX - Meta individual: níveis indicados nos anexos I e II, contendo critérios Formação/Formação em Serviço e Contribuição para Redução do Absenteísmo (CRA);

De acordo com a redação do artigo segundo, percebemos que há uma gama de funções a serem desempenhadas pelos profissionais da educação para que tenham acesso à Gratificação por Resultados. Os incisos acima colocados nos mostram que o resultado final não depende apenas dele, e sim do coletivo também.

De acordo com Laval (2019, p. 221), esse processo no qual a escola pública busca a “imitação do mundo da empresa privada é justificada pela busca da eficiência”. O autor nos mostra que que “o tema da “escola eficiente” remete à redução ou, no mínimo, ao controle dos gastos com educação, que se tornou prioritário depois que a intervenção do Estado foi questionada: a ordem é “fazer mais com menos”” (Laval, 2019, p. 221).

Corroboramos com o autor quando afirma que “a importação de abordagens da gestão empresarial, as técnicas de produção em massa devem ser substituídas por formas de organização baseadas na “melhoria de qualidade”, assim como se fez na indústria”, com o intuito que o profissional tenha maior desempenho em sua função, como forma de melhorar o aprendizado dos conhecimentos dos alunos, diminuindo

assim o fracasso e a evasão escolar, onde a “formação deve se adaptar melhor ao mundo econômico moderno” (Laval, 2019, 221).

No artigo terceiro sobre os objetivos da Política de Gratificação por Eficiência e Resultado nos é apresentado como:

- I - Reconhecer o desempenho dos professores da rede estadual no cumprimento dos principais objetivos da educação;  
[...]
- III - incentivar a formação continuada dos profissionais da educação, diminuir o percentual de absenteísmo, reduzir a evasão escolar e melhorar os índices de aprendizagem das unidades escolares

Nesse artigo percebemos que a GR é mantida pelo governo como forma de reconhecimento do desempenho dos professores da rede estadual. No Art. 5º apresenta como a Gratificação Anual por eficiência a resultado será paga, tendo como base os seguintes critérios:

- I - Critérios e metas individuais descritos nos anexos I e II correspondem:
  - a) a formação em serviço, específica para professor;
  - b) a formação específica para gestores, técnicos, apoios administrativos educacionais e demais servidores;
  - c) contribuição para redução do absenteísmo - CRA.

De acordo com a análise dos artigos acima, percebemos marcas de performatividade na execução da política pública em vigor. Para Ball (2005, p. 543), a “performatividade é uma tecnologia, uma cultura e um método de regulamentação que emprega julgamentos, comparações e demonstrações como meios de controle, atrito e mudança”. No qual os “desempenhos de sujeitos individuais ou de organizações servem de parâmetros de produtividade ou de resultado, ou sevem ainda como demonstrações de “qualidade” ou “momentos” de promoção ou inspeção”, tudo isso é perceptível em principalmente em momentos das quatro horas de formação em serviço, quando aplicada pelo coordenador pedagógico ou um técnico da Diretoria Regional de Educação que a escola está inserida.

A partir da análise das políticas públicas em questão e da realidade no qual estamos inseridos, percebemos que há uma discrepância entre a política pública educacional de performatividade e a execução da mesma. Uma vez que os pontos citados pelos documentos não dependem apenas do profissional de educação e sim coletivo, o que configura como gerencialismo.

Concordo com Ball (2005, p. 545), ao afirmar que “o gerenciamento busca incutir performatividade na alma do trabalhador”, uma vez que há várias forças na tendem ao objetivo da performatividade presente na legislação. De acordo com o autor inclui-se as formas arquitetônicas, relações de hierarquia, procedimentos de motivação e



mecanismos de reformação ou terapia (Ball, 2005, p. 545), tudo isso no intuito de alcançar os objetivos da GR, onde na maioria das vezes o profissional é desrespeitado por alguma questão não atender os requisitos exigidos pelas políticas educacionais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidenciou a partir da pesquisa bibliográfica, documental e da análise de dados que as políticas públicas de acordo com Lei Complementar nº 756, de 14 de fevereiro de 2023, efetiva a Gratificação Anual por Eficiência e Resultado dos Profissionais da Educação Básica são efeitos da performatividade pautadas na avaliação e produção de resultados, instrumento de controle e regulação.

A ênfase nos resultados, com efeitos do setor privado, tem tomado o espaço educacional público no sentido de criar estratégias que resolvam os problemas educacionais tornando produto de uma política gerencialista relacionados a racionalidade técnica como é proposto no meio empresarial.

No que tange ao pagamento da gratificação por resultados aos professores gerou uma forma de desvalorização de alguns profissionais, foi observado que professores de componentes curriculares que não são visados em avaliações externas têm sido vistos como inferiores a outras áreas do conhecimento

A divisão entre os professores, uma vez que os resultados que apresentam as escolas no final do ciclo avaliativo dependem de todo o coletivo. Nesse sentido, as metas pessoais que não são concluídas por alguns profissionais são consideradas como uma afronta ao coletivo, pois, o não cumprimento acarreta nas vantagens financeiras a serem recebidas por todos os profissionais da Instituição.

Nesse caso, as questões de saúde dos profissionais são questionáveis, o que torna desumano e antiético o afrontamento por questões que estão fora das nossas condições humanas de sobrevivência. Ir ao médico, acompanhar um familiar ao médico, pegar atestado por doenças, são fatores gravíssimos para alguns profissionais, banalizando a saúde física e psíquica de cada profissional. Nesse sentido, vale ressaltar que somos uma diversidade, onde cada um tem uma forma de lidar com as divergências do dia a dia.

Dessa forma, as políticas públicas para atender os avanços neoliberal coloca em xeque “nada mais nada menos que a *forma de nossa existência*, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos”

(Laval, 2019, p. 44). Contudo, a valorização profissional do docente mato-grossense está ameaçada devido aos impactos da performatividade e do gerencialismo.

## REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J. Performatividade, privatização e o pós-Estado do bem-estar. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1105-1126, set./dez. 2004.

BALL, Stephen J. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 126, p. 539-564, set./dez. 2005.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em Ciências Humanas e Sociais**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOURADO, Luiz Fernandes. A reforma do Estado e as políticas de Formação de Professores nos anos 90. In: DOURADO, Luiz Fernandes; PARO, Vitor Henrique (Orgs.). **Políticas Públicas e Educação Básica**. São Paulo; Xamã, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas; 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedex**, ano XXI, n. 55, nov. 2001.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2019.

LIBÂNEO, José Carlos. OLIVEIRA, João Ferreira de. TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: Políticas, Estruturas e Organização**. 10ª Edição. São Paulo: Cortez, 2011.

NEIRA, Marcos Antônio Ribas De *et al.* Neoliberalismo reflexos na formação continuada. Anais **IX CONEDU**. Campina Grande: Realize Editora, 2023. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/100276>>. Acesso em: 21/05/2024.

PARO, Vitor Henrique. Políticas Educacionais: considerações sobre o discurso genérico e a abstração da realidade. In: DOURADO, Luiz Fernandes; PARO, Vitor Henrique (Orgs.). **Políticas Públicas e Educação Básica**. São Paulo; Xamã, 2001.